

ENTRE O RURAL, O URBANO E O AMBIENTAL: O ESPAÇO PERIMETROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO E SUAS DIFERENTES REPRESENTAÇÕES

uma análise documental a partir dos projetos para o município de Nova Friburgo – RJ

Joana Cruz de Simoni¹

Doutora em Geografia
Pontifícia Universidade Católica
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Resumo

O artigo visa a investigar e discutir os “projetos para o espaço friburguense” (em especial o espaço rural), município que se encontra na área perimetropolitana do Rio de Janeiro, ou seja, é contíguo à chamada Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Tendo em vista que “a representação do espaço sempre serve a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2008, p. 45); e que esta estratégia está sob uma lógica hierarquizada no mundo capitalista (a partir da intenção atores hegemônicos, suas racionalidades e códigos), buscou-se desvendar nestes espaços da tecnocracia – e, portanto, nestas representações do espaço: como se quer conceber o rural (e, assim, o urbano e o ambiental) em Nova Friburgo? Que representações estão presentes (ou ocultadas) nestas concepções estratégicas? Nota-se que os documentos analisados apresentam três representações do espaço rural, relacionadas a tipologias aqui apresentadas: i) o rural enquanto uma permanência modernizada, seja através da “modernização” de sua principal atividade vinculada – a agricultura – (e, assim, exaltando um fortalecimento do agronegócio), seja através de sua re-adoção ou re-criação frente às demandas de um espaço capitalista-metropolizado (pelo fomento das multi-atividades); ii) enquanto uma permanência bucólica, que exige a existência de formas tidas como precarizadas para que se mantenha o conteúdo rural ou, ainda, “ambientalizando” este espaço, que agora prestaria serviços ambientais à metropole; iii) por fim, enquanto um rural fadado à substituição pelo espaço urbano, ou seja, seguindo a visão de urbanização do rural, propondo a ideia de um etapismo ou evolucionismo através do qual haveria uma progressiva passagem do rural ao urbano.

Palavras-chave: Representações do espaço, Rural, Ambiental, Nova Friburgo.

ENTRE LO RURAL, LO URBANO Y LO AMBIENTAL: EL ESPACIO PERIMETROPOLITANO DE RIO DE JANEIRO Y SUS DIFERENTES REPRESENTACIONES – UN ANÁLISIS DOCU-

¹ *Endereço institucional:*

Rua Marquês de São Vicente, n. 225. Edifício da Amizade, ala Frings, sl. F411. Gávea. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP: 22451-900.

Endereço eletrônico:

joana.simoni@gmail.com

MENTAL A PARTIR DE LOS PROYECTOS PARA EL MUNICIPIO DE NOVA FRIBURGO-RJ

Resumen

El presente artículo pretende investigar y discutir los "proyectos para el espacio friburguense" (en especial el espacio rural), municipio que se encuentra en el área perimetropolitana de Río de Janeiro, o sea, es contiguo a la llamada Región Metropolitana de Río de Janeiro (RMRJ). En el sentido de que "la representación del espacio siempre sirve a una estrategia, siendo al mismo tiempo abstracta y concreta, pensada y deseada, es decir, proyectada" (LEFEBVRE, 2008: 45); y que esta estrategia está bajo una lógica jerarquizada en el mundo capitalista (a partir de la intención de actores hegemónicos, sus racionalidades y códigos), se ha buscado desvendar en estos espacios de la tecnocracia – y por lo tanto, en estas representaciones del espacio: cómo se quiere concebir el rural (y, así, lo urbano y lo ambiental) en Nova Friburgo? ¿Qué representaciones están presentes (o ocultas) en estas concepciones estratégicas? Se observa que los documentos analizados presentan tres representaciones del espacio rural, relacionadas con tipologías aquí presentadas: i) el rural como una permanencia modernizada, sea a través de la "modernización" de su principal actividad vinculada - la agricultura - (y, así, exaltando un " el fortalecimiento del agronegocio), sea a través de su re-adaptación o re-creación frente a las demandas de un espacio capitalista-metropolizado (por el fomento de las multi-actividades); ii) como una permanencia bucólica, que exige la existencia de formas tenidas como precarizadas para que se mantenga el contenido rural o, aún, "ambientalizándose" este espacio, que ahora prestaría servicios ambientales a la metropole; iii) por fin, como un rural destinado a la sustitución por el espacio urbano, es decir, siguiendo la visión de urbanización del rural, proponiendo la idea de un etapismo o evolucionismo a través del cual habría un progresivo paso de lo rural a lo urbano.

Palabras-clave : Represenaciones del espacio ; Rural ; Ambiental ; Nova Friburgo

Introdução

Este artigo apresenta o resultado do exercício de investigação – no contexto da pesquisa de doutoramento da autora¹– acerca dos “projotos para o espaço fribur-

¹ O artigo apresenta as reflexões desenvolvidas ao longo de parte do terceiro capítulo da tese desenvolvida pela autora, cujo objetivo geral era o de desvelar o *lugar do lugar rural* no contexto da globalização e metropolização do espaço, tendo, como base, os processos ocorridos em localidades rurais de Nova Friburgo – e com ênfase nas transformações espaciais relacionadas às tecnologias de

guense”, em especial o espaço rural. Esta reflexão visa a compreender o do panorama atual da representação do rural friburguense por parte daqueles que o “planejam” (ou pretendem planejá-lo). Tal esforço vai ao encontro das instigações trazidas por Lefebvre quando nos apresenta sua dialética triádica. Aqui, em particular, tratamos da tríade percebido-concebido-vivido. Nosso olhar estará direcionado aos espaços de representação, ou seja, “o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, espaço dos “habitantes”, dos “usuários” [...]. Trata-se do espaço dominado, portanto, submetido, que a imaginação tenta modificar e apropriar” (LEFEBVRE, 2006, p. 35).

Destacamos duas questões que daí desabrocham, também alinhadas à proposta do filósofo: i) para pensar o espaço a partir das dimensões triádicas, há de sempre ter-se em conta a indissociabilidade entre estes “três momentos” da produção do espaço – para além disso, são uma “única” realidade, observada dialeticamente; ii) daí emana a segunda questão: importa, sobretudo, buscar compreender (e desvelar e subverter!) o real, pondo em prática o projeto de uma metafilosofia. Nos valem de dois trechos da obra de Lefebvre, que inspiraram tais observações:

A triplicidade: percebido-concebido-vivido (especialmente: prática do espaço – representação do espaço – espaços de representação) perde seu alcance caso se lhe atribua o estatuto de um “modelo” abstrato. Ou ela se apodera do concreto (e não do “mediato”), ou ela tem uma importância apenas reduzida, a de uma mediação ideológica entre muitas outras [...]. É imprescindível que o vivido, o concebido, o percebido, sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder” (2006, p. 36).

Deste modo, tendo em vista que que “a representação do espaço sempre serve a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2008, p. 45); e que esta estratégia está sob uma lógica hierarquizada no mundo capitalista (de atores hegemônicos, suas racionalidades e códigos), pareceu-nos significativo o mergulho nestes espaços da tecnocracia, nestas representações do espaço: como se quer conceber o rural em Nova Friburgo? Que representações estão presentes (ou ocultadas) nestas concepções estratégicas?

informação e comunicação. Em específico, o presente texto divulga a discussão acerca das múltiplas representações do lugar rural friburguense.

Foram examinados os seguintes documentos: a) Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico (PMNF, 2015b); b) Programa de Metas – Gestão 2017-2020 (PMNF, 2017); c) o anteprojeto de lei do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo (SEMMADUS, 2014); d) Proposta Conceitual Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) – Nova Friburgo (PMNF, 2015a); além das devolutivas das assembleias realizadas nos distintos distritos do município.

Representações de um espaço rural: discursos de um planejamento para Nova Friburgo

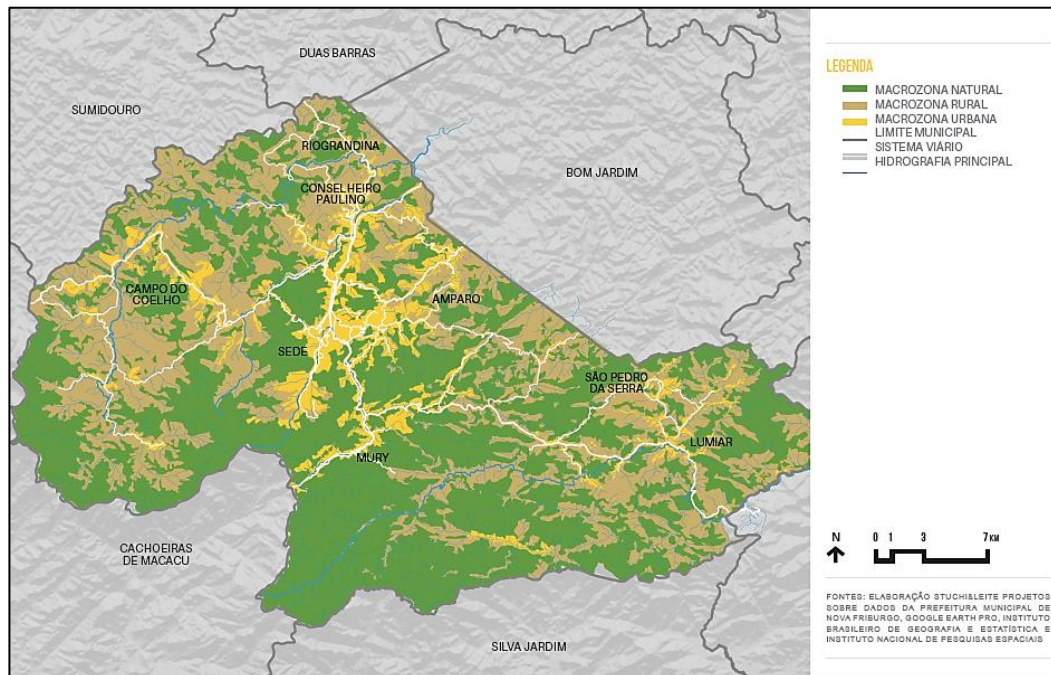
A O Programa de Metas da Gestão 2017-2020 (PMNF, 2017), em seção intitulada “visão de futuro”, destaca a localização do município, tida como estratégica para “divulgação voltada primeiramente para os grandes centros urbanos da cidade do Rio de Janeiro e Niterói, devido à proximidade e facilidade de acesso” (PMNF, 2017). O mesmo documento, em seção que trata das metas e diretrizes para o desenvolvimento rural, destaca a necessidade de:

Concentrar esforços na política de investimentos em infraestrutura, para promover melhorias relevantes quanto à mobilidade para o escoamento da produção, que hoje é um dos maiores gargalos para o crescimento e fortalecimento do agronegócio. Desenvolver ações de controle e combate a doenças e pragas, em parceria com o setor privado e órgãos do governo. Implementar ações educativas para orientação quanto ao uso adequado de defensivos e de boas práticas agrícolas. Apoiar parcerias produtivas visando à capacitação para os produtores rurais, de forma a inseri-los na agenda do desenvolvimento do município. Apoiar o acesso a novas tecnologias e pesquisas, relacionadas a sistemas de produção sustentáveis, sobretudo de base agroecológica, agricultura de baixo carbono e controle de resíduos. Incentivar a implantação de sistemas de captação e manejo de água da chuva, visando à qualidade e ampliação da agricultura. Monitorar as condições climáticas que subsidie a implementação de sistemas de alerta de riscos de desastres. Incentivar as feiras livres como centros de cultura alimentar. Reconhecer e fortalecer o papel essencial da agricultura familiar e da atuação crescente das mulheres no agronegócio. Incentivar a parceria com Universidades e órgãos federais, estaduais e privados para fomentar a rede de desenvolvimento tecnológico, bem como a precipitação dos produtos. Articular junto ao sistema financeiro políticas para concessão de créditos agrícolas, acessíveis aos pequenos produtores rurais. Promover e incentivar melhorias no fornecimento de telefonia e internet nas áreas rurais (PMNF, 2017)

Apesar de enfatizarem a presença e importância da atividade turística na região, as representações de ruralidades neste documento giram sempre em torno da potencialização da atividade agrícola e na possibilidade de fomento de sua competitividade.

O mapa abaixo, proposto pelo Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico de Nova Friburgo (PMNF, 2015, p. 84), colabora com a identificação tanto da presença de áreas rurais no município, quanto das propostas e representações de rural (e urbano e natural) aí inscritas.

Figura 1: Macrozoneamento do Município de Nova Friburgo, segundo proposta do Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico – Nova Friburgo 2015



Fonte: (PMNF, 2015).

As áreas tidas como “rurais” no macrozoneamento, são aquelas associadas às zonas com “características agrícolas, rústicas ou campestres, destinadas ao desenvolvimento de atividades agrosilvopastoril, de baixa densidade demográfica e construtiva, entremeadas por propriedades rurais” (PMNF, 2015, p. 84), que se justapõem às áreas urbanas (concentradas no distrito sede e nos pequenos núcleos dos outros distritos) e as zonas chamadas “naturais”. Estas últimas seriam “vacionadas a relevantes serviços ambientais prestados pelo ecossistema, e que apresentam notáveis

GeoPUC, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, p. 152-167, jan.-jun. 2019

aspectos de belezas cênicas, podendo ser destinada a princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento” (idem).

Neste ponto, podemos abrir um parêntese: se a noção de rural e ambiental por vezes se confundem (são confundidas?), há de se analisar a proposta tanto de rural (agrícola), quanto de natural (ambiental) presente no referido Plano. Esta reflexão torna-se necessária, sobretudo, quando percebemos que o município de Nova Friburgo possui um terço de todas as Reservas de Patrimônio Paisagístico Natural (RPPN) do estado do Rio de Janeiro (sete registradas junto ao ICMBio e catorze junto ao INEA), tendo recebido “título” de primeiro município do Brasil em número das citadas reservas. O próximo tópico abordará a presente discussão.

A naturalização do meio ambiente e a ambientalização do discurso: mecanismos de espoliação

Tomando como parâmetro a noção de zona natural trazida pelo Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico, podemos notar que: *i)* há uma visão preservacionista acerca da natureza (na esteira da discussão proposta por Diegues, 1996), que considera áreas (extensas, como demonstra o mapa na figura 1 como “naturais”), invisibilizando a presença da população; *ii)* quando notamos que, no descrever da área, quando há a presença da relação homem-natureza, essa se dá sob a tônica da “vocalização do lugar” para o “lugar de fora” – seja por intermédio do turismo, através da beleza cênica, seja por meio de uma concepção instrumental da natureza: a “prestação de serviços ambientais”.

Neste mesmo sentido, por muitas vezes travam-se discursos e representações de um meio ambiente puramente “naturalizado”, ou seja: ignora-se que este, “longe de ser uma realidade empírica, em si, é uma construção social, conjunto de representações acionadas em um campo de forças no qual interagem diferentes grupos sociais” (VAINER, 1993, p. 556). No que tange aos conflitos chamados socioambientais, a dimensão ambiental, crescentemente em voga, fez com que os atores construíssem certas problemáticas sociais como problemas ambientais no interior do espa-

ço público – ignorando que, além de ambiente a ser preservado, por exemplo, estes conflitos têm história a ser considerada (ALONSO; COSTA, 2000).

Ao seguir estas reflexões, podemos nos indagar se a grande quantidade de Unidades de Conservação no município e a visão utilitarista acerca do ecossistema lá presente podem vir a ser, em si mesmos, impactos de um processo de metropolização – que demanda, para sua reprodução, a presença de áreas de conservação, que prestem “serviços ambientais” como forma de compensar os tantos desserviços iminentes à manutenção e ampliação da lógica capitalista (seja em espaço urbano ou rural). Assim, esta criação de paisagens protegidas tem, no mínimo, a consequência (ou função) de atender às necessidades das populações urbanas em suas atividades de turismo e lazer – e não aquelas das populações locais (DIEGUES, 1996).

Mendes (2010), ao analisar o caso da Área de Proteção Ambiental (APA) de Macaé de Cima (RJ), instituída em 2001, demonstra como sua criação e manutenção ocorreu em um campo de conflitos, onde a participação da população local foi restrita e deu-se sob imposições governamentais:

De um lado parcela da população tradicional se coloca contra a implantação da APA, divulgando suas posições e recorrendo a políticos que compartilham da mesma opinião. A população se diz responsável, através de suas técnicas de plantio, pela preservação existente na região. Ela alega que foi a partir da chegada dos veranistas que houve um aumento do desmatamento em áreas de preservação permanente (APP) para construção de imóveis, uma vez que os novos moradores têm interesse em construir suas propriedades próximas aos corpos hídricos e que substituem áreas de floresta em regeneração por grama, sem destinar à terra nenhum uso social. Os agricultores defendem ainda que a fiscalização rigorosa que lhes é imposta não ocorre com os sitiantes, que seriam mais articulados politicamente e conseguiriam “driblar” as barreiras impostas pela fiscalização (MENDES, 2010).

Expõe-se, na fala da autora, um conflito que envolve diversas representações e, conseqüentemente, usos do espaço rural e natural (conforme denominação do macrozoneamento). Para além disso, evidenciam-se as assimetrias de poder no processo de produção do espaço – que incluem uma forma de hierarquia do urbano sobre o rural. Aqueles atores com maior poder de definir o lugar da população nos espaços podem vir a adotar, através da chancela do discurso preservacionista, medidas de espoliação ou repressão, de forma velada ou manifesta.

Percebemos nas narrativas de moradores (e agricultores) o conflito com a legislação ambiental que, por vezes, se instala como uma racionalidade técnica (reflexo, assim, de uma burocracia urbana). Práticas e técnicas largamente empregadas passam, a partir da ambientalização dos discursos (que se concretizam, no espaço friburguense, através da proliferação de unidades de conservação, da fiscalização ambiental e da inclinação ao turismo ecológico na região) a serem questionadas ou repudiadas.

Caldas (2014) também sinalizava para esse processo de conflito entre a legislação ambiental e as práticas espaciais locais, ratificando essa percepção: “vários agricultores abandonaram suas lavouras e nota-se hoje um expressivo desânimo com a atividade por parte daqueles que permanecem trabalhando em suas lavouras, como se não fosse mais possível conciliá-las com a conservação ambiental, especialmente em virtude das leis ambientais” (p. 33).

Mais de uma década antes, Mayer (2003) já recolhia depoimentos de moradores que ali viveram a partir da década de 30. Os relatos vão ao encontro daqueles escutados por nós e por Caldas: o novo conjunto de normas, tendo como porta-voz o Instituto Brasileiro de Meio ambiente (IBAMA), seria avaliado, pelos depoentes, como causa central na diminuição das lavouras. Há, ainda, relação feita entre este processo e a transformação na estrutura agrária na região: com o impedimento da prática da coivara, além da retirada de certas espécies (nos foi citado, por exemplo, a palmeira Jussara – o açaí), e a consequente inibição da atividade agrícola, teria ocorrido, na percepção de alguns, uma maior fragmentação e loteamento dos terrenos – muitos vendidos àqueles tidos como os outsiders. Conforme relato colido há cerca de 20 anos por Mayer, na região do eixo Lumiar – São Pedro da Serra: “tem aumentado a venda de pequenos lotes, aumento do número de casas na região e a transferência de terras para as pessoas ‘de fora’”.

Interessante notar, nesse sentido, como a própria legislação ambiental e os mecanismos de controle são, muitas vezes, expressões da racionalidade urbano-metropolitana. Veja-se esse depoimento de um proprietário de terra da região, nascido na década de 1920:

“Seu Naziro acha que a situação do lugar piorou com os tempos modernos. Segundo ele, a situação do lavrador está prejudicada pela ação do IBAMA. A vida não tem a fartura de antes. Ele, por exemplo, tem muitas terras e não pode plantar. Na cidade não há mais emprego. A situação do lavrador está muito difícil. A pobreza está aumentando. No passado todos tinham fartura. Naquele tempo ninguém passava fome” (MAYER, 2003, p.456).

A modernidade, assim, é portadora de constrangimentos às práticas espaciais, através de “uma transposição de uma ideologia moderna e racional a estes povos” (SIMONI, 2015, p. 14). A preservação/conservação ambiental aparece, portanto, enquanto um bem em si mesmo, um direito “difuso”, de todos – bem este concebido pela sociedade moderna, “aquelas que estão construídas e constituídas a partir do conhecimento teórico ou especializado” (idem), tal qual as propostas conservacionistas ou preservacionistas da natureza – ramificação, por exemplo, do conhecimento biológico. Neste sentido, conforme explicita Escobar (2002), há certa a “imposição da modernidade: esta “arranca” a vida local de seu contexto – a vida local passa cada vez mais a ser produzida pelo translocal” (ibidem).

Essencial ressaltar, porém, que isso não significa dizer que um movimento para a preservação ambiental seja exclusivamente gestado em áreas urbanas. De fato, são muitos os estudos que demonstram a existência de práticas de populações rurais (em especial, as chamadas populações tradicionais) que convivem de maneira harmônica com o ambiente – ou até mesmo colaboram com sua regeneração. Neste sentido, a naturalização do meio ambiente, presente tanto nas propostas de uso do solo do plano diretor de Nova Friburgo, como, de outra forma, nas ações, regulamentações e fiscalizações/punições de órgãos governamentais – como o IBAMA, recorrentemente citado – tem, como um de seus efeitos, o choque entre práticas espaciais distintas: aquelas da população local e aquelas da representação de um espaço natural, concebidas em estâncias diversas do planejamento governamental. Estão, aí também, colocadas escalas diversas de atuação nesses espaços de representação. Na terminologia de Escobar (2002), uma translocalidade – de fato, a implementação dessas políticas, advindas da racionalidade moderna impacta de formas diversas na organização espacial e na vida cotidiana das localidades estudadas. De outro modo, sua força é acompanhada pelo crescimento do apelo ao turismo ecoló-

gico, a formas ecológicas/orgânicas de produção agrícola e de toda uma ambientalização do discurso rapidamente notados em incursões na região.

Pode-se dizer, assim, que o município se tornou um expoente no estado do Rio de Janeiro no que diz respeito às pautas ambientais. A proliferação de áreas de conservação (e o já citado destaque na quantidade de RPPNs) quando unidos à beleza cênica da Mata Atlântica ainda relativamente conservada na região, contendo cabeceiras de grandes bacias hidrográficas, ajudam a explicar esse panorama. A leva mais recente de imigração, de população de classe média atraída por estes elementos, colaboraram para um fomento neste cenário. Havia uma demanda por um rural “ecológico” que incutiu nesse espaço tais representações. Atualmente, são muitos os signos na paisagem que remontam a um lugar cujo cotidiano está permeado por práticas sustentáveis – sob os mais diversos significados deste termo. Como propunha Santos (1996b), o cotidiano está submetido ao mundo das normas e da regulação, ainda que “a propaganda do neoliberalismo fal[e] de desregulação”, ao mesmo tempo em que “nos apresenta possibilidades para a espontaneidade (...) E tanto a norma como a espontaneidade têm que ver como o espaço, com a forma como o espaço se constitui” (SANTOS, 1996b, p. 11).

Assim, “se de um lado a valorização ambiental é extremamente necessária sob todos os pontos de vista”, ou seja, se há a necessidade destas normas e regulação, “é preciso que ela não se torne um fator de inviabilização de comunidades rurais” (MAYER, 2003), que não sufoque as espontaneidades ou, no dizer de Santos (op. cit.) que não leve a um reforço do empobrecimento simbólico. Assim, dentro da gama complexa de escalas e representações do/no lugar rural, vemos a “ameaça de que a valorização ecológica se torne o caminho da expropriação” (MAYER, 2003).

Contradições de uma “inexorável urbanização” prevista – e projetada – no planejamento friburguense: indícios de um espaço fragmentado e fragmentador

Outro ponto que ressaltamos nesta análise dos documentos trata da reafirmação de dois discursos/representações: *i*) da perspectiva dicotômica em relação ao

rural e o urbano (ou seja, tende-se a recair em uma avaliação/projeção não relacional de tais categorias); ii) da análise do rural como fadado à substituição pelo urbano. O excerto abaixo foi retirado do Proposta Conceitual Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) – Nova Friburgo, RJ, com grifos meus:

As atividades econômicas das áreas rurais de Nova Friburgo vêm se diversificando bastante nos últimos tempos, impulsionados pela **intensificação da produção agrícola pautada por certa “industrialização” do campo através de novas tecnologias, pela ampliação dos fluxos turísticos e de veraneio, pelo desenvolvimento de atividades não agrícolas no campo, como, por exemplo, atividades ligadas à produção de moda íntima, estabelecimento de fábricas, condomínios residenciais; ou novas atividades, como complexos hoteleiros ou o novo aeroporto, previsto pelo Governo Federal.** Estas atividades tendem a diversificar o perfil da população residente nas áreas rurais e aumentar a demanda por serviços, comércio e equipamentos públicos em áreas próximas. **A “urbanização” do rural torna-se factível uma vez que as tecnologias, sobretudo de comunicação, são cada vez mais acessíveis e percebe-se uma clara tendência de algumas localidades rurais se consolidarem como centralidades secundárias, o que pode ser positivo, pois poderia reduzir a necessidade de deslocamentos de todo e qualquer tipo ao Centro de Nova Friburgo.** Entretanto, como são locais em geral com menor grau de infraestrutura instalada, recomenda-se que as leis de ordenamento e uso do solo (zoneamento) sejam compatibilizadas com a oferta de infraestrutura viária e a gestão da demanda do transporte público. [...]

Nas estradas rurais, não existe separação entre caixa de rolamento e calçadas, nem pavimentação - no caso, em terra batida. Nestas estradas, circulam veículos motorizados, não motorizados - como charretes e bicicletas, animais e pedestres, sendo toda a faixa compartilhada por estas modalidades. Para as zonas rurais, deverá ser pensado padrão específico, compatível com os usos e necessidades. Embora o trânsito não seja intenso, a largura das vias muitas vezes é estreita, podendo apresentar risco de acidentes. Isto poderia ser melhorado, através do alargamento das estradas, ou até somente de trechos, com indicativo de Projetos de Alinhamento que avancem sobre as propriedades lindeiras, de forma a garantir a segurança de todos. **É muito importante ressaltar que defendemos manter a pavimentação em terra batida nestas estradas, de forma a preservar a ambiência rural** (PMNF, 2015a, p.15).

Os trechos destacados evidenciam uma tripla concepção dos “futuros rurais” em Nova Friburgo. Ao passo em que se valoriza a preservação de características comumente relacionadas a uma identidade rural, há, também, uma proposta que mescla uma perspectiva modernizadora do espaço rural (ao citar uma “industrialização do campo”) com aquela do rural das pluriatividades (ênfatisando o crescimento das

“atividades não agrícolas no campo”, em especial, a atividade turística), ou, ainda, uma terceira concepção que exalta uma “factível” urbanização do rural.

Assim, distinguem-se três representações do rural no referido trecho, relacionadas a tipologias, quais sejam: *i*) o rural enquanto uma permanência modernizada, seja através da “modernização” de sua principal atividade vinculada – a agricultura – (e, assim, exaltando um fortalecimento do agronegócio), seja através de sua readaptação ou recriação frente às demandas de um espaço capitalista-metropolizado (pelo fomento das multiatividades); *ii*) enquanto uma permanência bucólica, que exige a existência de formas tidas como precarizadas (“as estradas de terra batida”) para que se mantenha o conteúdo rural (aqui, em um diálogo com a noção de formas-conteúdo do espaço, trazida em Santos, 1996); *iii*) por fim, enquanto um rural fadado à substituição pelo espaço urbano, ou seja, seguindo a visão de urbanização do rural, propondo a ideia de um etapismo ou evolucionismo através do qual haveria uma progressiva passagem do rural ao urbano.

É interessante confrontar esta segunda concepção – a de uma permanência bucólica – com a demanda levantada através de reunião comunitária devolutiva, realizada no distrito de Campo do Coelho como parte do processo do Plano Diretor Participativo do município. Neste documento, na seção intitulada “Medidas estruturais (obras)”, está registrada, enquanto reivindicação, a “melhoria de manutenção e asfalto nas vias do bairro, garantindo atendimento de serviços básicos” (PMNF, 2015c). Em outro trecho do PMUS, no entanto, cita-se a necessidade de “investimentos na melhoria da infraestrutura viária de vias de conexão (vicinais), sem prejuízo da identidade rural que lhes caracteriza” (PMNF, 2015a, p.16, grifo meu), fazendo alusão, portanto, à proposta de manter as vias em terra batida – como forma de “preservar a identidade rural”.

Demonstra-se, de fato, a manutenção de um processo a partir do qual, nas sociedades capitalistas modernas, o espaço encontra-se homogêneo, hierarquizado e fragmentado (conforme tese lefrevreana). Quando se assinala, a priori, a continuidade das vias não asfaltadas (o que pode ir de encontro às demandas da população local), encontramos-nos frente a uma lógica onde “a homogeneização torna os espaços semelhantes, porém essa homogeneização se fragmenta e é aí que reside um dos

aspectos da desurbanização, a negação do urbano. Fragmenta-se o espaço e devido às diferenças que se apresentam, se edificam hierarquias e se reestruturam as relações de subordinação e dominação” (LENCIONI, 2010).

Jirón e Mansilla (2014) buscam relacionar a noção de fragmentação espacial às formas de fragmentação do tempo que se instalam na sociedade capitalista. Os autores, dialogando com Massey (2008), irão argumentar que o fenômeno da globalização, ao contrário do que muito se sustentou, não minimizou o papel do espaço e do tempo na vida cotidiana: para além disso, engendrou novos e distintos impactos na experiência espaço-temporal cotidiana (JIRÓN, MANSILLA, 2014). Neste sentido, delineiam três formas possíveis de fragmentação espaço-temporal. A primeira delas demarca exatamente esta vinculação entre fragmentação espacial, fragmentação temporal e a vida cotidiana, lembrando como os usuários do espaço (aqui, na terminologia lefebvrea) encontram-se frente a uma realidade cada vez mais atomizada, especializada – a vida cotidiana torna-se cada vez mais funcionalizada; de modo que determina-se “uma experiência temporal fragmentada de quem transita na cidade, que adapta seu uso do tempo mediante estratégias para unir as partes fragmentadas da realidade” (JIRÓN, MANSILLA, 2014, p.11). A segunda forma trata das dissonâncias de tempos e ritmos entre aqueles impostos pela dinâmica globalizada da sociedade de consumo e aquele da vida das pessoas. Os tempos da vida cotidiana encontrar-se-iam segmentados: tempos para a família, para comer, para conviver, seriam eliminados, substituídos ou submetidos aos ritmos das atividades determinadas por aquela lógica.

Aqui, no entanto, queremos salientar a terceira forma de fragmentação espaço-temporal que paira sobre a atual sociedade capitalista. Aquela que acontece quando:

a distinção do tempo cronológico como totalidade desaparece perante as diferenciações de possibilidades que os grupos sociais possuem para atingir uma compressão espaço-temporal. Somente alguns grupos sociais podem acessar a hiper mobilidade, facilitada pelas tecnologias da comunicação e do transporte, enquanto outros encontram-se imobilizados ou continuam movendo-se em ritmos lentos, marcados pela precariedade (Santos, 1994; Mansilla, 2011b), inseridos em túneis de separação que têm espessuras, espaços, frequências, duração, entornos, qualidades, altamente diferenciados (JIRÓN, 2010).

As propostas de se manter um rural idílico, uma “identidade rural” não são, em si mesmas, negativas. Aliás, não podemos valorá-las nesta polarização – entre positivas ou negativas. O que se pode discutir, no entanto, é a possibilidade de um subtexto que mascara um projeto de precarização (da negação da urbanidade através de reafirmações da hierarquização dos espaços) que, por conta de uma dada representação do rural e da ruralidade, busca-se manter. No entanto, conforme nos lembra Lencioni (2010), “ao mesmo tempo em que o território se torna mais fragmentado e descontínuo, [...] os fluxos se impõem aos lugares”.

Esta reflexão nos encaminha para outro ponto dos textos analisados, que corroboram com o debate que aqui se trava. Trata-se do texto introdutório que está presente no material resultante das Reuniões Comunitárias Devolutivas de Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo (MACEDO, 2015). Segundo tal texto, redigido pelo secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável do município à época, “o crescimento inexorável faz parte do momento urbano de nossas cidades e mesmo do planeta, portanto preparar-se para ele é fundamental para garantir uma ocupação ordenada, com ganhos à população e à cidade, através de um desenvolvimento inteligente e sustentável”.

Assim, deflagra-se um discurso que se baseia na retórica do progresso (agora com a alcunha de desenvolvimento sustentável) que exige um consenso na busca desse “bem” a ser atingido. No entanto, parte de uma premissa clara: o futuro inexoravelmente urbano do planeta – e, conseqüentemente, de Nova Friburgo. Mais uma vez, ressaltamos os espaços hierarquizados e um rural que, só não está “planejado para o desaparecimento” porque é necessário à expansão (capitalista) urbana. Enquanto espaço consumido – seja por sua virtualidade (por suas “paisagens rurais”), seja pela dependência vital das cidades de sua atividade primordial (a agricultura) – o rural é aludido, nesses documentos, enquanto um gradiente que vai de espaço-patrimônio à espaço-funcional e, portanto, hierarquicamente localizado abaixo da cidade e, sobretudo, da região metropolitana.

Referências

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: **Encontro do Grupo do Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO**. Rio de Janeiro, 22 a 23 de novembro de 2000.

CALDAS, Lia. **Roteiro de Agroturismo de São Pedro da Serra e Arredores, Nova Friburgo/RJ: Potencialidades e Limitações**. Dissertação (Mestrado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996. 169 p.

ESCOBAR, A. Globalización, Desarrollo y Modernidad. **Corporación Región**, ed. Planeación, Participación y Desarrollo. Medellín: Corporación Región, 2002, pp. 9-32.

JIRON, Paola. Mobility practices in Santiago de Chile: Te consequences of restricted urban accessibility. **The politics of proximity: Mobility and immobility in practice**, p. 133, 2010.

JIRÓN, Paola; MANSILLA, Pablo. Las consecuencias del urbanismo fragmentador en la vida cotidiana de habitantes de la ciudad de Santiago de Chile. **EURE (Santiago)**, Santiago, v. 40, n.121, p.5-28, set. 2014. Disponível em <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612014000300001&lng=es&nrm=iso>. Acesso em 30 dez. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **A Produção do Espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”. Belo Horizonte, 2006, no prelo. Do original: LEFEBVRE, Henri. *La Production de L’Espace*. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 (1972).

LENCIONI, Sandra. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. [Online]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (69). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

MACEDO, Ivison. Plano Diretor: uma janela de oportunidades. In: **Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo – Campo do Coelho**. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, PMNF, 2015.

MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.) **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

MAYER, Jorge. **Raízes e crise do mundo caipira: o caso de Nova Friburgo**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ. 2003.

MENDES, S.P. Implantação da APA Macaé de Cima (RJ): Um Confronto entre a Função Social da Propriedade e o Direito ao Meio Ambiente Ecologicamente Preservado, V **Encontro Nacional da Anppas**, Florianópolis, SC, 2010.

PMNF. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo. **Proposta Conceitual Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)**, Nova Friburgo, RJ. Agosto de 2015a.

_____. **Plano de Desenvolvimento Urbano Estratégico** – Nova Friburgo 2050 (Estratégias centrais da revisão do plano diretor 2015). Nova Friburgo, outubro de 2015b.

_____. **Revisão do Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo** – Campo do Coelho. Nova Friburgo, 2015c. Disponível em: <http://docs.wixstatic.com/ugd/daef47_4b632047949b45dc8b0ca9f5d19653e2.pdf>. Acesso em: 17 de dezembro de 2017.

_____. **Programa 100 dias: Programa de Metas – Gestão 2017-2020**. Abril de 2017. Disponível em: <https://novafriburgo.rj.gov.br/nova/wp-content/uploads/2017/04/PMNF-Programa-de-Metas-Gesta%CC%83o-2017-2020.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2017.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 21: 7-14, ago., 1996b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350>. Acesso em: 10 de agosto do 2019.

SEMMADUS. Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano Sustentável de Nova Friburgo. **Plano Diretor Participativo De Nova Friburgo**. Anteprojeto de Lei Complementar. 2014.

SIMONI, Joana. **Desenvolvimento sustentável e planejamento urbano: discursos, práticas, e (falsos) antagonismos**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política e Planejamento Urbano). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, UFRJ. Rio de Janeiro, 2015.

VAINER, Carlos Bernardo. Planejamento e questão ambiental: qual é o meio ambiente que queremos planejar? In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 1993, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: Anpur/UFMG-Cedeplar, 1993. p.556-71.

Recebido em 11 jan. 2019

Aceito em 3 mar. 2019.